**CONTRATO PARTICULAR DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE ADVOCACIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS**

Contrato Particular de Prestação de Serviços Profissionais de Advocacia e de Honorários que entre si fazem, como **CONTRATANTE: ${nome},** NACIONALIDADE, PROFISSAO, ESTADOCIVIL, Identidade nº IDENTIDADE, Cadastro de Pessoa Física nº CPF, Identificação Funcional nº IDFUNCIONAL, Residente e domiciliada à ENDERECO, CEP ${cep}, e como **CONTRATADOS, LIZ WERNER FORMAGGINI**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 184.888, **THIAGO JOSÉ AGUIAR DA SILVA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RJ nº 213.181 e **LUCIO MASULLO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RJ nº 82.064, com endereço profissional na Rua Visconde do Rio Branco, 305, sala 606, Centro, Niterói-RJ, CEP: 24.020-002, nos termos e cláusulas abaixo:

**I. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

**1.1.** Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços advocatícios pelos **CONTRATADOS,** para representação do **CONTRATANTE** em juízo, perante a Justiça Estadual de 1ª e 2ª Instância, em consonância com os poderes outorgados em instrumento de mandato, consoante estratégia jurídica traçada pelos **CONTRATADOS** na(s) ação(ões) abaixo elencada(s):

1. Ação de liquidação de sentença em razão de Mandado de Segurança coletivo nº 0021549-38.1998.8.19.0000 (1998.004.00627) - Interníveis;
2. Ação de liquidação de sentença em razão de Ação Coletiva 0138093-28.2006.8.19.0001 (Nova Escola);
3. Ação de reajuste do piso salarial **com** pedido liminar;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – É dever do **CONTRATANTE** apresentar, em tempo hábil e na forma predeterminada pelos **CONTRATADOS**, toda a documentação necessária à defesa de seus interesses.

**II. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:**

**2.1.** O presente contrato vigorará por prazo indeterminado, desde a sua assinatura, limitado ao tempo em que as ações judiciais estiverem em trâmite.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO –** Para efeitos da Cláusula 2.1, a ação judicial estará em “trâmite”, inclusive perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, quando necessário, desde a sua distribuição até o trânsito em julgado e consecutiva baixa perante o distribuidor.

**III. CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRAPRESTAÇÃO:**

**3.1**. O **CONTRATANTE** se obriga a pagar aos **CONTRATADOS**, a título de honorários advocatícios, conforme abaixo:

1. Para a Ação dos interníveis o percentual de 20% (vinte por cento) sob o êxito da demanda informada na Cláusula Primeira, entendido como o valor que vier a receber em função da ação contratada, referente à indenização final, quando do trânsito em julgado da sentença ou de acordo homologado após o ajuizamento da demanda.
2. Para a Ação Nova Escola o percentual de 20% (vinte por cento) sob o êxito da demanda informada na Cláusula Primeira, entendido como o valor que vier a receber em função da ação contratada, referente à indenização final, quando do trânsito em julgado da sentença ou de acordo homologado após o ajuizamento da demanda.
3. Para a Ação de Reajuste do Piso Salarial com pedido liminar, o percentual de 20% (vinte por cento) sob o êxito da demanda informada na Cláusula Primeira, entendido como o valor que vier a receber em função da ação contratada, referente à indenização final, quando do trânsito em julgado da sentença ou de acordo homologado após o ajuizamento da demanda; e, 10% da diferença recebida mensalmente em caso de êxito em obter o deferimento da liminar quanto ao reajuste, devendo ser pago a partir do primeiro mês do recebimento do salário reajustado até o trânsito em julgado da ação.

**3.1.1.** No caso dos honorários advocatícios acima mencionado no item 3.1., o **CONTRATANTE** desde já autoriza que o recebimento seja feito pelos **CONTRATADOS** em caso de expedição de mandado de pagamento, com o abatimento antes da transferência.

**3.1.2.** Quanto ao recebimento dos 10% da diferença do salário reajustado, este será transferido para a conta de Thiago José Aguiar da Silva, Pix: 135.544.147-19 (CPF) - Banco do Brasil ou Agência 3090-2, Conta Corrente 16.441-0, Banco do Brasil.

**3.2.** Fica a cargo do **CONTRATANTE** o pagamento das custas processuais, despesas judiciais e taxa judiciária, bem como das despesas que os **CONTRATADOS** incorrerem em caso de necessidade de viagens, tais como transporte, acomodação e alimentação; gastos que somente serão feitos em comum acordo entre as partes.

**3.2.1.** Qualquer necessidade quanto a viagem será analisada por ambas as partes cabendo a decisão final da parte **CONTRATANTE**.

**3.4.** Na hipótese de não pagamento de quaisquer valores devidos pelo **CONTRATANTE** relativos às cláusulas 3.1. após o levantamento da quantia, incidirá multa de 30% (trinta por cento), juros de mora e correção monetária, na forma da lei.

**3.5.** – Os honorários de sucumbência, caso vierem a existir, pagos pela parte vencida pertencerão aos **CONTRATADOS**, independentemente dos honorários devidos pelo **CONTRATANTE** em razão da cláusula 3.1., conforme determinado em Lei e pela Jurisprudência.

**IV. CLÁUSULA QUARTA – DA DESISTÊNCIA, RENÚNCIA E REVOGAÇÃO:**

**4.1**. Em caso de desistência da ação ou renúncia do direito sobre o qual se funda a ação ou revogação do mandato por parte do **CONTRATANTE** após a distribuição da Ação, são devidos os honorários previstos na Cláusula Terceira, na forma proporcional quanto aos honorários de sucumbência e em sua totalidade quanto aos honorários Advocatícios.

**V. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**5.1.** Caso seja designada audiência pelo juiz da causa ou convocação de comparecimento em órgãos administrativos, a ausência do **CONTRATANTE**, que importe na extinção do processo judicial ou procedimento administrativo, desobriga integralmente aos **CONTRATADOS**, inclusive no que tange à propositura de nova ação.

**5.2.** A extinção do processo judicial ou procedimento administrativo, causado pela não entrega de documentos solicitados ao **CONTRATANTE**, eximirá de toda e qualquer responsabilidade aos **CONTRATADOS**.

**5.3.** É de responsabilidade do **CONTRATANTE** informar aos **CONTRATADOS** a existência de ações de mesmo tema ou de tema similar que possam ter dado entrada ou apresentado documentos para outros advogados ou para o Sindicato.

**5.3.1.** Em caso de existência de Ação distribuída por terceiro não envolvido com o presente Contrato, o **CONTRATANTE** assume toda a responsabilidade em caso de aplicação de quaisquer multas ou custas.

**5.3.2.** Caso seja descoberta ação de mesmo objeto em trâmite após a distribuição de ação descrita no item 1.1. deste contrato, o **CONTRATANTE** incidirá multa de 1.000,00 a serem pagos pelo **CONTRATANTE** aos **CONTRATADOS** em razão do trabalho efetuado de análise, cálculo e elaboração da petição inicial.

**VI. CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**6.1.** Os **CONTRATADOS**, consoante estratégia que traçar, recorrerá quando entender pertinente, desobrigando-se de interpor recursos de todas as decisões judiciais.

**6.2.** Os **CONTRATADOS** não estão obrigados a disponibilizar, em mídia digital ou física, as peças processuais produzidas. Caso os **CONTRATADOS** disponibilizarem qualquer material será por mera **liberalidade**, não configurando renúncia ou novação do contrato ou de suas cláusulas que poderão ser exigidas a qualquer tempo.

**6.3.** Os **CONTRATADOS** se obrigam a ajuizar a ação, objeto deste instrumento, após o cumprimento das obrigações do **CONTRATANTE,** notadamente asprevistas na cláusula primeira, em seu parágrafo primeiro.

**6.4.** O **CONTRATANTE** está ciente que os **CONTRATADOS** não têm como assegurar o êxito da ação judicial, vinculando-se a propiciar, somente, os meios para alcançar o resultado pretendido.

**6.5.** O presente contrato não tem caráter personalíssimo, podendo os **CONTRATADOS** serem representada por outro(s) advogado(s) em qualquer ato processual.

**6.6.** Os **CONTRATADOS** se obrigam a manter o sigilo profissional inerente à profissão não divulgando qualquer informação que remeta ao **CONTRATANTE** sem o seu consentimento, nos termos previstos no Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil.

**6.7.** Os **CONTRATADOS** se obrigam a cumprir todos os preceitos e determinações disciplinadas na Lei Geral De Proteção de Dados, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

**6.7.1.** Os **CONTRATADOS** realizarão o tratamento de dados pessoais das pessoas naturais envolvidas no objeto dos serviços prestados, constantes deste contrato. Estas pessoas podem ser pessoas relacionadas à **CONTRATANTE** de qualquer forma. Os **CONTRATADOS** usarão os dados pessoais coletados para o fim exclusivo de prestar os serviços constantes deste instrumento.

**6.7.2.** Os dados pessoais acima citados incluem nome, endereços, contatos telefônicos, endereços eletrônicos, data de nascimento, gênero, filiação, estado civil, naturalidade, nacionalidade, identificação civil, identificação e enquadramento fiscal, profissão, formação profissional, entre outros dados informados de livre, consciente e manifesta vontade pelo **CONTRATANTE**, que possam identificar direta ou indiretamente as pessoas relacionadas aos dados.

**6.7.3.** Fica autorizado pelo **CONTRATANTE** que os **CONTRATADOS** poderão compartilhar os dados pessoais coletados, quando estritamente necessário para a execução dos trabalhos, a profissionais como contadores, empresas especializadas envolvidas nos trabalhos, entre outros, desde que tais pessoas assegurem a confidencialidade dos dados compartilhados. Na hipótese de qualquer transferência que fuja o escopo inicial do trabalho contratado, um novo consentimento será solicitado, assim como as novas informações do tratamento serão informadas.

**6.7.4.** Os dados serão mantidos sob arquivo dos **CONTRATADOS** estritamente pelo tempo necessário para o cumprimento dos serviços objeto deste contrato. Após concluído o presente contrato, os dados pessoais acima citados serão destruídos, salvo aqueles que forem necessários para cumprimento de obrigação legal.

**6.7.5.** O **CONTRATANTE** poderá, a qualquer momento, solicitar aos **CONTRATADOS** o acesso a todos os dados pessoais envolvidos nos trabalhos a serem prestados, bem como a sua retificação ou eliminação, a limitação do tratamento, e o direito de se opor ao tratamento, bem como do direito à portabilidade dos dados. Desde que o exercício de tais direitos, não impossibilitem a execução do presente contrato.

**6.7.6.** Poderá ainda o **CONTRATANTE** solicitar a retirada do consentimento em qualquer momento, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no cumprimento de obrigações legais ou com base no consentimento previamente dado, ressalvada a hipótese de impossibilidade de execução contratual acima descrita.

**6.7.7.** O **CONTRATANTE** confere seu consentimento de forma livre, inequívoca e devidamente informada, neste ato concordando com a coleta e tratamento dos dados pessoais mencionados acima.

**VI. CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO:**

**7.1.** As partes signatárias do presente elegem, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Niterói - RJ, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em 03 (três) laudas e 02 (duas) vias de igual teor e forma, sendo uma entregue para cada signatário.

Niterói, 9 de outubro de 2023.

|  |  |
| --- | --- |
| **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Contratante** | **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Contratada – Liz Werner Formaggini**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Contratada – Thiago José Aguiar da Silva**  **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Contratada – Lucio Masullo** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Testemunhas:** | **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Nome:**  **CPF:** | **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  **Nome:**  **CPF:** |